

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática

Área Temática: Educação

Andréa Kochhann¹

RESUMO: Discutir sobre a extensão universitária na formação acadêmica não é uma tarefa simples. É densa, intensa e tensa em um contínuo movimento dialético entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Destarte, nos atrevemos a socializar nossas preposições teóricas e práticas no tocante a temática, considerando o GEFOPÍ – Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade, o qual criamos, em 2006, vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás no Câmpus São Luis de Montes Belos, no intuito de auxiliar acadêmicos no processo de leitura, interpretação e escrita de textos das disciplinas curriculares. Com o passar dos anos o grupo foi tomando corpo e assumindo a tarefa da indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e produção acadêmica para a formação docente. A metodologia elegida para esse artigo é qualitativa, bibliográfica e documental com apresentação de um grupo que atua praxicamente, visando atender os princípios e dimensões do FORPROEX (2012). Inferimos que a extensão universitária na formação acadêmica promove a construção do conhecimento crítico e emancipador no momento em que as atividades assumem o movimento práxico.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Formação Acadêmica, Conhecimento Emancipador, Epistemologia da Práxis, GEFOPÍ.

1 INTRODUÇÃO

Assumir a docência universitária perpassa por compreender que sua identidade docente é modificada a cada movimento real e concreto que realiza no constante pensar e fazer da própria docência. A identidade docente começa antes mesmo da formação inicial na academia e prossegue por toda a vida enquanto formação continuada. Com esse escopo defendemos que assim a identidade docente do ser professor se constitui no processo, também suas atividades são constituídas. Com esse cenário me apresento, como docente universitária que constitui o seu ser professor ao passo que constitui suas atividades no seio de um grupo de estudos que criou em 2006 e coordena ao longo de seus 12 anos, que cresce a cada dia mais na compreensão de que ser docente universitário não é meramente dar aulas.

Em um intenso processo entre o pensar e o fazer, entre a teoria e prática, o

¹ Andréa Kochhann. Pedagoga pela UEG, Especialista em Docência Universitária pela UEG, Mestre em Educação pela PUC – GO, Doutoranda em Educação pela UnB. Docente da UEG. andreakochhann@yahoo.com.br

GEFOPI – Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade foi se constituindo como um grupo sólido que atua pela epistemologia da práxis, alicerçado na indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e produção acadêmica, visando à emancipação dos partícipes protagonistas das ações.

As discussões e as atividades do GEFOPI me movimentaram para investigações como projetos de iniciação científica, como projeto de mestrado e projeto de doutorado. Essas pesquisas conduziram a um amadurecimento do pensar e fazer, da teoria e prática, de tal forma que procuramos a cada evento que participamos, avançar nas discussões sobre extensão universitária na formação docente. Destarte, para esse texto delineamos a estrutura de uma análise conceitual sobre a temática e da apresentação sintetizada do movimento prático das atividades do GEFOPI, por ser essa temática, objeto de investigação de doutorado na UnB.

2 DESENVOLVIMENTO

A extensão universitária na formação acadêmica precisa ser compreendida no movimento do pensar e fazer, da teoria e prática, no tocante a seu processo histórico de constituição da concepção e curricularização, bem como do processo de acompanhamento e avaliação. A história da educação e das universidades brasileiras tem forte influência europeia e norte-americana. Assim, também ocorre com a extensão universitária. As universidades demoraram a ser implantadas no Brasil, conforme discute Cunha (1980) e entre críticas e reformas, chegam no séc. XXI com fragilidades e uma delas é a concepção de extensão de prestação de serviços e assistencialismo, com atividades eventista e inorgânicas, segundo Miguens Jr e Celeste (2014) e Reis (1996).

Essa concepção e característica é marcada inclusive por documentos que legalizam a extensão universitária, partindo do Estatuto das Universidades em 1931, da LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, da Reforma Universitária de 1968, da Constituição de 1988, da LDBEN de 1996, do PNE - Plano Nacional de Educação de 2001 e 2014. Os documentos tratam da obrigatoriedade de extensão universitária no processo formativo, mas apenas o PNE de 2014 oferece indícios para uma concepção acadêmica e com característica processual e orgânica dos programas e projetos.

É preciso compreender que o movimento de mudança de concepção é algo moroso e que foi construído historicamente por influência de países desenvolvidos perante o sistema capitalista, que prima por uma relação de produção de exploração da massa trabalhadora. Na contramão do processo as ações extensionistas de concepção acadêmica aparecem como possibilidade de transformação social e emancipação dos sujeitos, que buscam na indissociabilidade e na interdisciplinaridade, compreender e atuar nos problemas reais e concretos da sociedade, gerando impacto social e conhecimento crítico para o acadêmico, conforme requer o FORPROEX (2012).

As mudanças históricas e conceituais aos poucos se estabelecem principalmente considerando que as instituições de ensino superior deverão organizar seus projetos pedagógicos de cursos para atender a exigência da estratégia 7 da meta 12 do PNE (2014) que trata da obrigatoriedade de no mínimo 10 % dos totais de créditos serem em programas e projetos de extensão universitária. Em cursos de licenciatura em que o mínimo exigido de créditos são 3.200 h, significa um total de 320 h dedicadas a formação em atividades vinculadas a programas e projetos, que denotam um processo e uma organicidade.

Eis que a discussão sobre a curricularização ou creditação dessas horas precisa se efetivar nas instituições, bem como deve ser o sistema de acompanhamento e avaliação das atividades para garantir a formação de qualidade e não simplesmente escamotear o currículo com horas de suposta práxis, pois a extensão não é a parte prática do currículo, mas atividades carregadas de intencionalidade teórico-prática, como assevera Curado Silva (2008) perante uma totalidade que se apresenta contraditória em si mesma, principalmente porque necessita de financiamento para sua efetivação. Nesse limbo a avaliação das atividades extensionistas devem considerar as dimensões e os critérios que o FORPROEX (2012) apresenta no sentido de avançar para uma formação acadêmica visando à emancipação dos sujeitos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Considerando a concepção acadêmica de característica processual e orgânica para a emancipação dos sujeitos é que o GEFOPi vem se constituindo a cada ano mediante as atividades que realiza. Ao longo de seus 12 anos de criação, sob coordenação geral de sua idealizadora e contando com a colaboração de outros docentes universitários, tanto da UEG quanto de outras instituições, as atividades foram

crescendo e se fortalecendo tanto voltados para a pesquisa, quanto para o ensino, extensão e produção acadêmica. O GEFOPi em 2018 conta com mais de 90 participantes entre acadêmicos, egressos e docentes da UEG, como de outras instituições e comunidade em geral, espalhados por mais de 20 cidades do Estado de Goiás e também no Tocantins, Mato Grosso e Pernambuco. Alguns partícipes do grupo estão desde sua origem, outros saíram, outros entraram em 2018, o que mostra o movimento do grupo mas, prevalece em sua maioria a continuidade dos partícipes por anos e anos.

A metodologia das atividades do GEFOPi foi bem dinâmicas e variadas, tais sejam: 1 encontro mensal do grupo de estudos que se efetiva presencial e virtualmente pelo Skype, 2 encontros semanais de orientação individual ou pequenos grupos, 3 planejamento e execução de atividades como palestras, oficinas, workshop, minicursos, mesas redonda, salas de cinema e roda de conversas, 4 elaboração de resumos e artigos para apresentação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, 5 realização dos projetos de pesquisas, que se tornam ou provém de projetos de extensão e publicação acadêmica, 6 organização de revistas pedagógicas com ISSN e divulgados no www.observatorio.ueg.br, 7 organização de guias para orientações de temas da academia, 8 publicação acadêmica em periódicos Qualis, 9 elaboração de livros com ISBN, 10 elaboração de monografias, artigos, dissertações e teses, 10 discussões teóricas e orientação pelos grupos do *whatsapp*, 11 divulgações das atividades pelo *Facebook* "GEFOPi Andréa", 12 Discussões sobre as práticas docentes dos professores da rede municipal de Luziânia pelo *Facebook* ENFORMA, 13 Discussão sobre as práticas docentes dos professores da rede municipal de São Luis de Montes Belos pelo *Facebook* FORM-AÇÃO, 14 divulgação das atividades e textos no Slideshare, 15 divulgação das atividades no *Youtube* e outros.

Como resultados quantitativos do GEFOPi, podemos apresentar entre os projetos de pesquisa um total de 18 pesquisas concluídas e 6 em andamento, 17 projetos de extensão e mais de 16 monografias advindas da pesquisa e extensão. Temos 26 edições da Revista Pedagógica e 13 guias do GEFOPi. Temos centenas de publicações em anais de eventos. Temos 6 artigos em Periódicos Qualis B, 10 capítulos de livros e 4 livros, e vários trabalhos em andamento. Além de vários partícipes que passaram em concursos públicos, em especialização, mestrado e doutorado. As atividades realizadas pelo GEFOPi são avaliadas continuamente e de forma que promova a participação da sociedade no processo de pensar e fazer das ações do

GEFOPI, inclusive uma das pesquisas realizadas foi no tocante às contribuições das atividades do grupo para a formação docente.

A relação forma e conteúdo, que o GEFOPi desenvolve suas atividades, busca a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, resultando em produção acadêmica, primando pela interdisciplinaridade das áreas do conhecimento, organizadas de forma processual para uma formação crítica, autônoma e emancipação dos sujeitos, pela práxis, que para Curado Silva (2008, p. 45) “Uma práxis emancipadora só pode ser construída se a atividade for analisada e modificada em sua forma (aparência) e em seu conteúdo (essência). Refletir para conhecer a realidade não é o movimento simples de pensar sobre os problemas cotidianos, mas um devir histórico.”.

O processo de análise entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática da extensão universitária na formação acadêmica possibilita a formação da identidade do docente universitário, bem como a constituição de um grupo de estudos de concepção acadêmica para a emancipação e transformação social ao durante o seu processo de efetivação. Todo esse cenário possibilitou conhecimentos que foi possível realizar, em junho de 2018, uma oficina no CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária intitulada “DIÁLOGOS SOBRE CONCEPÇÃO, CURRICULARIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA” com o objetivo de dialogar praxicamente sobre questões teóricas e socializar nossa experiência com o GEFOPi. Como reflexo dos diálogos na oficina, que contou com 40 participantes de várias universidades do Brasil, foi elaborada uma moção de reivindicação em relação às dificuldades da extensão universitária na formação acadêmica, conforme Imagem 1.

Imagem 1 – Moção de Reivindicação



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o objetivo desse texto foi socializar nossas preposições teóricas e práticas no tocante a temática, considerando o GEFOPÍ – Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade, acreditando ter alcançado o mesmo apesar das poucas linhas apresentadas. De forma audaciosa inferimos que a extensão universitária na formação acadêmica promove a construção do conhecimento crítico e emancipador no momento em que as atividades assumem o movimento prático.

O processo de pensar e fazer, de teoria e prática no processo de formação acadêmica vinculada a extensão universitária não é algo fácil e simples, e nem mesmo que não se tem dificuldades e impedimentos. Contudo, é possível ser realizado perante as condições históricas, materiais e concretas que as universidades brasileiras apresentam. Provavelmente o ideal pensado pode não vir a ser o real feito. A distância entre o pensar e o fazer, a teoria e a prática precisa ser superado. É um devinir, é um por vir, na luta e na resistência, demarcando territórios.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a UEG pelo apoio a realização das atividades do GEFOPÍ.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã: o Ensino Superior da Colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. Professores com formação *Stricto Sensu* e o desenvolvimento da pesquisa na Educação Básica da Rede Pública de Goiânia: realidade, entraves e possibilidades. Tese. Goiânia: UFG, 2008.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão Universitária. 2012. In: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-deextensao/documentos-da-extensao-de-ambito-nacional/politica-nacional-de-extensaouniversitaria-forproex-2012/view>

MIGUENS JR. Sérgio Augusto Quevedo e CELESTE, Roger Keller. A extensão universitária. 2014. In: https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro

PNE. Plano Nacional de Educação. 2014. In: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

REIS, Renato Hilário dos. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. Linhas Críticas. v. 2, n. 2, 1996. In: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/6094/5042>.